



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

SEXTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0050311-90.2013.8.17.0001 (0341984-3) – Recife – 24ª Vara Cível

Agravante: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

Agravado: JOSÉ JUSSIE DA SILVA NASCIMENTO

Relator: DES. EVANDRO MAGALHÃES MELO

EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE. TRAUMA NA COXA ESQUERDA - MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. MÉDIA REPERCUSSÃO (50%). PAGAMENTO ADMINISTRATIVO LEVOU EM CONSIDERAÇÃO LEVE REPERCUSSÃO (25%). AGRAVO DESPROVIDO.

1. Através do laudo médico foi constatada a ocorrência de "trauma na coxa esquerda", correspondente a uma debilidade permanente do membro inferior esquerdo, provocando no segmento corporal acometido uma lesão parcial incompleta de grau médio, com o percentual de 50% (cinquenta por cento).

2. O pagamento administrativo foi efetuado no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente a 25% de 70% do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme se constata da contestação. O equívoco do pagamento administrativo foi apenas no grau de perda funcional do membro, pois o laudo atesta ter sido de média repercussão (50%) e não de leve repercussão (25%).

3. O pagamento administrativo considerou como invalidez a perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, assim como consta na petição inicial. Apenas no recurso de apelação, bem como no presente agravo legal, vem alegar, contrariamente, que se trataria de debilidade permanente no quadril.

4. O importe da indenização devida é o resultado da seguinte operação aritmética: 50% de 70% do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Ou seja, R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais) e deverá ser pago ao autor, o *quantum* de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

sessenta e dois reais e cinquenta centavos), que se refere à diferença entre o valor devido e o já pago administrativamente.

5. Agravo desprovido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0341984-3, em que figurou como Agravante SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A e como Agravado JOSÉ JUSSIE DA SILVA NASCIMENTO, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo incólume a decisão terminativa hostilizada de fls. 91/92. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 16 de setembro de 2014.


Des. Evandro Magalhães Melo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

114
70

SEXTA CÂMARA CÍVEL

**Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0050311-90.2013.8.17.0001
(0341984-3) – Recife – 24ª Vara Cível**

Agravante: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
S/A

Agravado: JOSÉ JUSSIE DA SILVA NASCIMENTO

Relator: DES. EVANDRO MAGALHÃES MELO

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo legal interposto por Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A contra decisão terminativa de minha lavra, que negou seguimento ao recurso de apelo interposto pelo ora agravante, nos termos do art. 557, *caput* do Código de Processo Civil (fls. 168/170).

Em suas razões, a agravante alega que a decisão recorrida merece ser alterada, afirmando, em suma, que o laudo médico pericial atesta debilidade permanente do quadril esquerdo, em grau mediano, correspondente a 50% (cinquenta por cento), e não do membro inferior.

Ao final, pugna pelo provimento do presente recurso.

É o relatório, no que, de essencial, serve a registro.

VOTO

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

DECISÃO TERMINATIVA

Cuida-se de apelação cível interposta por Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A contra sentença da lavra do MM Juiz de Direito da 24ª Vara Cível da Comarca da Capital, que, nos autos da Ação de Cobrança de Complemento de Seguro DPVAT, julgou procedente o pedido formulado pelo autor, ora apelado, condenando a seguradora ré no pagamento de 50% (cinquenta por cento) de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), abatendo-se do mesmo o valor pago administrativamente, referente ao valor devido a título de indenização, corrigido monetariamente pela tabela ENCOGE a partir da citação. Condenou, ainda, no pagamento das custas e dos honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação.

Inconformada com as disposições contidas no *decisum*, a seguradora interpôs recurso de apelação, no qual aduz, em apertada síntese, que o laudo médico de fls. 18/18-v atesta debilidade permanente do quadril esquerdo, em grau.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

mediano, correspondente a 50% (cinquenta por cento), e não do membro inferior esquerdo como consta na sentença.

Pugna, destarte, pelo provimento do apelo, para ver reformada a sentença, julgando totalmente improcedente o pleito inicial.

Contrarrazões foram apresentadas às fls. 79/83 pugnando pela manutenção da sentença.

É o que, em suma, importa relatar.

Examino.

É forçoso reconhecer, primeiramente, que a matéria de mérito posta ao Colegiado poderá ser julgada nos moldes do art. 557 do CPC, o qual prevê diversas hipóteses que, configuradas, habilitam o relator a julgar monocraticamente os recursos interpostos das decisões proferidas nas ações judiciais.

O sinistro que deflagrou a pretensão securitária, datado de **12.05.2012**, ocorreu sob a égide da Lei nº 11.482/07 (art. 8º), que alterou o art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, fixando o limite máximo indenizável no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para os casos de morte ou invalidez permanente.

Também já se encontravam em vigor as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, que passou a prever gradações para as indenizações decorrentes de invalidez permanente.

Nesses casos, as lesões deverão ser enquadradas na Tabela criada pela Lei nº 11.945/09 (Anexo Único da Lei nº 6.194/74), que classificou a invalidez permanente como total ou parcial, e esta última em completa ou incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais.

O Superior Tribunal de Justiça, em análise do **Recurso Especial nº 1.246.432/RS**, decidiu, em julgamento de mérito do referido paradigma, que a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez (Súmula nº 474 do STJ), *in verbis*:

“RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. SÚMULA N.º 474/STJ.

1. Para efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

115
H

beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula n.º 474/STJ).

2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.” (REsp 1246432/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/05/2013, DJe 27/05/2013) (Grifei)

Desta forma, a incapacidade permanente sofrida pelo demandante deve ser apreciada à luz dos elementos probatórios e do disposto na Lei nº 6.194/74.

Em análise do laudo de fls. 18/18-v, verifica-se que o médico constatou a ocorrência de **“trauma na coxa esquerda”**, correspondendo, pois, a uma **debilidade permanente do membro inferior esquerdo**, provocando no segmento corporal acometido uma lesão parcial incompleta de grau médio, com o percentual de 50% (cinquenta por cento).

Desta feita, **conforme a graduação prevista na Tabela criada pela Lei nº 11.945/09** (Anexo Único da Lei nº 6.194/74), a lesão descrita se enquadra na perda da mobilidade **do membro inferior esquerdo e autoriza indenização no percentual de 70% (setenta por cento) sobre a importância segurada.**

Todavia, **por se tratar de perda parcial incompleta, deverá ser aplicada à espécie a graduação contida no art. 3º, § 1º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.945/09:**

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - **quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte**

5



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.” (Grifei)

In casu, considerando que o laudo pericial especifica o grau de perda funcional do membro como de média repercussão (50%), entendo que o inconformismo da seguradora recorrente com a sentença não merece prosperar.

Ante os aspectos acima esposados, o importe da indenização devida é o resultado da seguinte operação aritmética: **50% de 70% do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Ou seja, **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**.

Conforme se constata da contestação de fls. 20/33 o pagamento administrativo foi efetuado no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente a 25% de 70% do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). O equívoco foi no grau de perda funcional do membro, pois o laudo de fls. 18/18-v atesta ter sido de média repercussão (50%) e não de leve repercussão (25%).

Vale ressaltar que o pagamento administrativo considerou como invalidez a “Perda anatômica e/ou funcional completa **de um dos membros inferiores**” (fl. 28), assim como consta na petição inicial (fls. 02/06) – membro inferior esquerdo - e somente no recurso de apelação vem alegar, contrariamente, que se trataria de debilidade permanente no quadril esquerdo.

Neste perquirir, verifico que deverá ser pago ao autor, ora apelado, o *quantum* de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), que se refere à diferença entre o valor devido e o já pago administrativamente.

Posto isso, **nego provimento** ao apelo, nos precisos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, mantendo incólume a sentença hostilizada.

Recife, 15 de agosto de 2014.

Des. Evandro Magalhães Melo
Relator

Como se vê, não merece acolhimento a insurgência recursal.

Verifica-se, a partir da leitura da decisão, que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo a agravante, em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado na terminativa de fls. 91/92, posto que, conforme exposto anteriormente, o médico, através do laudo de fls. 18/18-v, constatou a ocorrência de **“trauma na coxa esquerda”**, correspondente a uma **debilidade permanente do membro inferior esquerdo**,



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

116
78

provocando no segmento corporal acometido uma lesão parcial incompleta de grau médio, com o percentual de 50% (cinquenta por cento).


O pagamento administrativo foi efetuado no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente a 25% de 70% do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme se constata da contestação de fls. 20/33. Assim, o equívoco do pagamento administrativo foi apenas no grau de perda funcional do membro, pois o laudo de fls. 18/18-v atesta ter sido de média repercussão (50%) e não de leve repercussão (25%).

O pagamento administrativo considerou como invalidez a “Perda anatômica e/ou funcional completa **de um dos membros inferiores**” (fl. 28), do modo como consta na petição inicial (fls. 02/06) – membro inferior esquerdo - e apenas no recurso de apelação, bem como no agravo legal, vem alegar, contrariamente, que se trataria de debilidade permanente no lado esquerdo do quadril.

Desta forma, o importe da indenização devida é o resultado da seguinte operação aritmética: **50% de 70% do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Ou seja, **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)** e deverá ser pago ao autor, portanto, o *quantum* de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), que se refere à diferença entre o valor devido e o já pago administrativamente.

Isto posto, o meu voto é no sentido de **negar provimento** ao presente recurso, mantendo incólume a decisão terminativa ora hostilizada.

Recife, 16 de setembro de 2014.


Des. Evandro Magalhães Melo
Relator